paranoá ARTIGO ORIGINAL
SEÇÃO TEMÁTICA: PAISAGENS DE PODER
2024
v. 17, e48114

Arquitetura da Paisagem em cidades novas capitais: Vila Bela da Santíssima Trindade e Belo Horizonte

Landscape Architecture in new capital cities: Vila Bela da Santíssima Trindade and Belo Horizonte

Arquitectura del Paisaje en las nuevas capitales: Vila Bela da Santíssima Trindade y Belo Horizonte

Giuliana de Brito Sousa *
Centro Universitário Unieuro; Curso de Arquitetura e Urbanismo.
Brasília (DF), Brasil.
giulianaarq@gmail.com

Ricardo Trevisan
Universidade de Brasília; Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.
Brasília (DF), Brasil.

* Autora correspondente.

CRediT

Contribuição de autoria: Concepção; Curadoria de dados; Análise; Coleta de dados; Metodologia; Redação – rascunho original; Redação - revisão e edição: SOUSA, G. B.; Concepção; Análise; Metodologia; Supervisão; Visualização; Redação - revisão e edição: TREVISAN, R.

Conflitos de interesse: Não há conflito de interesses.

Financiamento: Não se aplica.

Aprovação ética: Não se aplica.

Uso de I.A.: Não se aplica.

Editores responsáveis: Daniel Sant'Ana (Editor-Chefe); Luciana Saboia F. Cruz (Editora Associada); Carolina Pescatori C. Silva (Editora Associada); Maria do Carmo L. Bezerra (Editora Associada); Leandro S. Cruz (Editor Convidado); Sara Cristina C. Zampronha (Assistente editorial); Sarah A. B. Vencio (Assistente editorial); Pedro O. B. Pinto (Assistente editorial).

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons (CC-BY).
Submetido em: 17 abr. 2023 | Aceito em: 14 fev. 2024.

Resumo

O artigo, ao se aportar no campo da Arquitetura da Paisagem, vem expor as transformações da paisagem urbana proporcionadas por novas capitais fundadas nos séculos XVIII e XIX no Brasil. Trata-se dos casos de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT), inaugurada em 1752, ainda no período colonial, e Belo Horizonte (MG), construída *ex nihilo* nos anos 1890, já no período republicano. O interesse em discutir estas duas cidades novas administrativas como palcos de transformações da paisagem urbana decorre da representação de ambas em momentos político-econômico-social distintos de nossa história, assim como explora o *savoir-faire*, atento às técnicas e saberes urbanísticos colocados em prática. A pesquisa embasou-se em estudos históricos sobre a fundação dessas cidades, a partir de documentos existentes no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), somados a livros, artigos, teses e dissertações, além de visitas *in loco* para o cruzamento de informações. Os resultados direcionam para pontos de interesse e inflexões na construção da paisagem de Vila Bela e Belo Horizonte, tais como a consolidação do traçado regular e suas variações e a apropriação de jardins projetados, sobretudo na condição de parques públicos, hoje presentes em cidades capitais por todo o país.

Palavras-Chave: Arquitetura da Paisagem; História do Urbanismo; Cidades novas; Cidades Capitais; Brasil.

Abstract

The article, by approaching the field of Landscape Architecture, exposes the transformations of the urban landscape provided by new capitals founded in the 18th and 19th centuries in Brazil. These are the cases of Vila Bela da Santíssima Trindade (MT), inaugurated in 1752, still in the colonial period, and Belo Horizonte (MG), built *ex nihilo* in the 1890s, already in the republican period. The interest in discussing these two new administrative cities as stages of transformations of the urban landscape stems from the representation of both in distinct political-economic-social moments of our history, as well as explores the *savoir-faire*, attentive to the techniques and urban knowledge put into practice. The research was based on historical studies on the foundation of these cities, from existing documents at the National Institute of Historical and Artistic Heritage (IPHAN), added to books, articles, theses and dissertations, as well as on-site visits to crosscheck information. The results point to points of interest and inflections in the construction of the landscape of Vila Bela and Belo Horizonte, such as the consolidation of the regular layout and its variations and the appropriation of projected gardens, especially in the condition of public parks, now present in capital cities throughout the country.

Keywords: Landscape Architecture; History of Urbanism; New cities; Capital cities; Brazil.

Resumen

El artículo, abordando el campo de la Arquitectura del Paisaje, expone las transformaciones del paisaje urbano proporcionadas por las nuevas capitales fundadas en los siglos XVIII y XIX en Brasil. Son los casos de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT), inaugurada en 1752, todavía en el período colonial, y Belo Horizonte (MG), construida *ex nihilo* en la década de 1890, ya en el período republicano. El interés en discutir estas dos nuevas ciudades administrativas como escenarios de transformaciones del paisaje urbano proviene de la representación de ambas en distintos momentos político-económico-sociales de nuestra historia, así como explora el saber hacer, atento a las técnicas y conocimientos urbanísticos puestos en práctica. La investigación se basó en estudios históricos sobre la fundación de estas ciudades, a partir de documentos existentes en el Instituto del Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (IPHAN), sumados a libros, artículos, tesis y disertaciones, así como visitas in situ para contrastar la información. Los resultados señalan puntos de interés e inflexiones en la construcción del paisaje de Vila Bela y Belo Horizonte, como la consolidación del trazado regular y sus variaciones y la apropiación de jardines proyectados, especialmente en la condición de parques públicos, hoy presentes en capitales de todo el país.

Palabras clave: Arquitectura del Paisaje; Historia del Urbanismo; Ciudades nuevas; Ciudades capitales; Brasil.

1 Introdução

O presente artigo é resultante de um trabalho mais amplo[1] onde se discutiu a construção do campo da Arquitetura da Paisagem no Brasil a partir da formação de suas cidades capitais, com destaque àquelas que mudaram de sede nos últimos cinco séculos[2]. Neste sentido, a paisagem é construída e moldada ao longo do tempo e, portanto, o regressar histórico é ação necessária. O olhar de partida foi a ocupação do território pela tomada portuguesa no início do século XVI, na qual as primeiras paisagens urbanas conformadas eram peculiares se comparado ao existente no cenário europeu e, mesmo, ao cenário das cidades fundadas pelos espanhóis em suas colônias no Novo Mundo.

Enquanto nas Colônias hispânicas se implantavam vilas e cidades em malha regular em xadrez a partir da *Plaza Mayor*, conforme estipulado pelas Leis das Índias (1532), na Colônia lusitana seguiu-se o *savoir-faire* das cidades com traçados irregulares adaptados à geomorfologia dos terrenos acidentados escolhidos, geralmente, no alto de colinas. O conhecido modelo de implantação de nossos colonizadores, denominado "Tríade portuguesa", era composto pela Casa de Câmara e Cadeia, a Igreja e a Praça, donde partiam as principais vias e caminhos. Outro elemento de destaque na urbanização lusitana era sua proximidade à costa marítima – com a presença de porto e fortificação – fosse por razões econômicas (comercialização de produtos com a Metrópole) fosse por questões defensivas (proteger o território contra invasões espanholas, francesas, holandesas e inglesas). Ademais, essas paisagens citadinas preliminares, tanto de origem espanhola quanto de origem portuguesa, tinham também por finalidade demonstrar o domínio sobre o território seja a outros conquistadores, seja aos povos originários, seja aos novos colonos que aqui chegavam – europeus e africanos escravizados (Reis Filho, 1968; Santos, 2008; Delson, 1979; Teixeira, 2012; Sousa, 2018).

Com o tempo, a maneira de organizar a urbanização e o espaço intraurbano na Colônia se modificou, levando, consequentemente, a uma transformação da paisagem dos assentamentos. Na escala mais ampla, a ocupação do território passa da costa à hinterlândia em busca de mais áreas para cultivo e criação de gado, pela descoberta de reservas minerais de ouro e pedras preciosas, pela necessidade de proteção das fronteiras ocidentais junto às Colônias espanholas, conformando novas redes urbanas, do litoral ao interior. Na escala mais restrita, as construções das paisagens urbanas vão sendo norteadas pelas Cartas Régias, como apontam alguns pesquisadores (Reis Filho, 1968; Santos, 2008; Delson, 1979), a fim de garantirem a transmissão da ideia de ordem, obediência e controle. O modelo de traçado regular – ortogonal – adotado em vilas e cidades no processo de ocupação do interior do território (por exemplo, as vilas pombalinas da segunda metade do século XVIII[3]), adequavam-se a sítios pouco

[1] Tese de Doutorado defendida por Giuliana de Brito Sousa no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, com o título "Cidades Capitais: paisagens em (trans)formação" (Sousa, 2018), sob orientação do prof. Dr. Ricardo Trevisan.

[2] Dentre as capitais identificadas pela pesquisa têm-se: Olinda (1535) para Recife (1827); São Cristóvão (1590) para Aracaju (1855); Marechal Deodoro (1591) para Maceió (1839); Oeiras (1695) para Teresina (1852); Aquiraz (1699) para Fortaleza (1810); Cidade de Goiás (1727) para Goiânia (1933); Vila Bela da Santíssima (1752) para Cuiabá (1835) e Ouro Preto (1698) para Belo Horizonte (1897).

[3] "Vilas pombalinas" faz referência a núcleos implantados nas colônias portuguesas durante o Reinado de Dom José I (1714-1777), a partir de 1750 até 1777, cujo controle político foi exercido pelo primeiro-ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal (1699-1782), o qual "de fato governou a nação". Segundo Roberta Delson (1979), para a colônia brasileira, Pombal tinha uma visão clara, de que "a autoridade real deveria ser ampliada pelo aumento do número de vilas no

acidentados, impondo à paisagem urbana uma regularidade cartesiana distinta às póvoas iniciais.

Admite-se que casos excepcionais ainda mantinham o velho substrato técnico de se construir vilas e cidades em terrenos acidentados, como os assentamentos das Minas Gerais. A própria capital Vila Rica (atual Ouro Preto), assentada em topografia muito irregular, adotava em fins do século XVII (1698) caminhos e vias decorrentes dos antigos caminhos, estradas e postos de controle para compor sua trama e seu conjunto edilício. Tratava-se, pois, de um tecido típico das cidades das minas, uma paisagem comum aos espaços urbanos de cidades nas capitanias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (Moraes, 2006; Barbo, 2015; Kok, 2021).

Contudo, alguns casos específicos de cidades de fundação chamam a atenção pela inclusão de elementos peculiares, sobretudo em espaços livres, na paisagem urbana. Os exemplos de tais espaços são os mais variados e podemos aqui apontar: a horta-pomar criada pelos holandeses na Cidade Maurícia (atual Recife) entre 1630 e 1654; mesmo elemento introduzido no projeto da nova cidade capital de Vila Bela da Santíssima Trindade (capitania de Mato Grosso) em 1752; a construção do primeiro passeio público no Rio de Janeiro em 1779, quando capital do Vice-Reino; e a criação de hortos botânicos em diversas cidades em fins do século XVIII, como o de Belém em 1796. Já durante o Império (1822-1889), podemos identificar a preocupação com o ajardinamento das praças principais nas cidades novas administrativas de Teresina (PI), em 1852, e Aracaju (SE), em 1855.

Já em fins do século XIX, com a Proclamação da República (1889) e a influência de outras ciências (Sanitarismo e Higienismo) e ideologias (Positivismo), a paisagem das principais cidades brasileiras passam por processos de reformas estruturantes, de melhoramento e embelezamento, de acondicionamento e reposicionamento espacial das classes trabalhadoras, de transformação e crescimento por novas lógicas econômico-produtivas. Belo Horizonte, projetada e construída entre 1893 e 1897, como símbolo deste novo urbanismo contestador, ao receber a função de sediar a nova capital de Minas Gerais, traz em seu plano uma regularidade ímpar de malhas ortogonais sobrepostas a quarenta e cinco graus sobre um sítio acidentado, além da inserção inédita de um parque público.

Assim, esse breve panorama histórico sobre a conformação de nossas cidades e, por consequência, das paisagens urbanas serve apenas como uma peça introdutória para nos guiar ao real interesse deste trabalho. Objetiva-se, pois, discutir casos de cidades novas administrativas como palcos de transformações da paisagem urbana, especialmente de seus espaços públicos, e expor aquelas presenciadas em novas capitais fundadas nos séculos XVIII e XIX no Brasil. Trata-se dos casos de Vila Bela da Santíssima Trindade, inaugurada em 1752 para ser a capital da nova capitania de Mato Grosso no período colonial, e Belo Horizonte, construída *ex nihilo* nos anos 1890 para ser a nova capital do estado de Minas Gerais. Ao relacionar a paisagem fundacional e a paisagem atual de Vila Bela e Belo Horizonte a partir dos espaços livres projetados em seus planos urbanísticos podemos, de um lado, verificar quais são as permanências da paisagem fundacional desses assentamentos na atualidade e, de outro, evidenciar como

interior e pela sua integração num programa que procurasse aproveitar ao máximo as potencialidades dos territórios até então inexplorados". Pode-se citar, como exemplos, a própria Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752, além de Macapá (AP), Barcelos (AM), Cuiabá (MT), Campinas (SP), Curitiba (PR) e Lages (SC) (Delson, 1979, p. 49).

o campo da Arquitetura da Paisagem contribuiu para a construção de paisagens em cidades brasileiras.

Para tais encadeamentos, este estudo se apoia no conceito de *Cidade Nova*, caracterizado por seis atributos. Segundo Ricardo Trevisan (2020) uma cidade nova é aquela: 1) empreendida pelo desejo do poder público e/ ou da iniciativa privada e concretizada em ações específicas; 2) que busca atender, ao menos de início, a uma ou mais funções dominantes; 3) implantada num sítio previamente escolhido; 4) a partir de um projeto urbanístico; 5) elaborada e/ou desenvolvida por agente definido – eventualmente profissional habilitado; e 6) em um limite temporal determinado, implicando inclusive um momento de fundação razoavelmente preciso. Tanto Vila Bela como Belo Horizonte perfazem estas qualidades e podem ser classificadas como cidades novas, tendo sido criadas pelo interesse público, com a função administrativa, em sítios estratégicos, com projetos urbanísticos desenhados por profissionais em contextos temporais precisos. Em acréscimo, esta pesquisa se apoia no conceito de *Arquitetura da Paisagem* cunhado pelo paisagista estadunidense Frederick Law Olmsted (1822-1903), na segunda metade do século XIX. Olmsted considerava Arquitetura da Paisagem como sendo o desenvolvimento de projetos de paisagem, considerando análises e propondo soluções a problemas pelo desenvolvimento de esboços, esquemas e desenhos, tal qual em procedimentos adotados na arquitetura de edifícios (Olmsted, 2016; Barcellos, 1999; Rybczynski, 2000).

Em *An Introduction to Landscape Architecture*, de 1975, Michael Laurie explica o surgimento do campo profissional, bem como conceitos e teorias sobre a Arquitetura da Paisagem, tendo como fio condutor o legado de Olmsted. O autor destaca que "Frederick Law Olmsted, criador do Central Park de Nova York, criou o termo *arquiteto paisagista* em 1858" (Laurie, 1975, p. 6, tradução nossa). Para Laurie (1975), alguns conceitos apontados sobre o campo de trabalho criado por Olmsted, na segunda metade do século XIX, traduzem seu pensamento, em associar o ato de projetar a natureza e o homem. Segundo Garrett Eckbo, Arquitetura da Paisagem é:

> [...] a porção da paisagem que é desenvolvida ou moldada pelo homem, além de edifícios, estradas ou serviços públicos e até a natureza selvagem, projetada principalmente como espaço para a vida humana (não incluindo agricultura, silvicultura). É o estabelecimento de relações entre edifícios, revestimentos e outras construções externas, terra, formas rochosas, corpos d'água, plantas e espaços abertos, e a forma geral e o caráter da paisagem; mas com ênfase principal no conteúdo humano, na relação entre as pessoas e a paisagem, entre os seres humanos e o espaço externo tridimensional de forma quantitativa e qualitativa. (Eckbo, 1950 *apud* Laurie, 1975, p. 9, tradução nossa)

Segundo Luciana Schenk, "[o] papel desempenhado por Frederick Law Olmsted, autor de escritos e projetos para os espaços livres da cidade interessa na medida em que seu percurso participa ativamente das definições, tanto da atividade profissional do que veio a se chamar Arquitetura da Paisagem, *Landscape Architecture*; quanto da fundação do próprio campo disciplinar que estuda e projeta a paisagem" (Schenk, 2008, p. 91). Do mesmo modo, deixamos claro que nosso recorte espacial de investigação se restringe ao núcleo original destas cidades novas, que hoje são os centros históricos, guardiões de feições que caracterizam suas respectivas paisagens urbanas.

Por fim, tratando-se de uma pesquisa de caráter exploratório e qualitativo, adotou-se

como princípio metodológico o estudo histórico, combinando a observação indutiva e análise documental dedutiva. Compreender a cidade pela história, sob o ponto de vista urbanístico, permite-nos entender sua configuração atual, criticá-la e projetar seu futuro. A pesquisa histórica não se restringe apenas em entender o processo de desenvolvimento de uma cidade, como pode também trazer à tona exemplos urbanísticos e arquitetônicos, planos e práticas, atores e saberes que nos auxiliem em seu entendimento e planejamento (Lepetit, 2001). Práxis sucessiva na história do Urbanismo, a tipologia Cidade Nova – composta por núcleos urbanos intencionalmente criados – pode ser rastreada na longa duração como campo de leitura e interpretação de pensamentos, discursos e representações de cidades materializadas no espaço e no tempo, como casos de continuidade, ruptura ou excepcionalidade e em conjunturas político-econômico-socioculturais diversas. A depender da porta de entrada escolhida, tramam-se distintas urdiduras e tessituras, definem-se procedimentos e métodos específicos, revisitam-se e revisam-se certezas e narrativas conclusivas. Pela função dominante original (administrativa, empresarial, balneária, colonizadora, de relocação, satélite, de expansão); pelas personagens envolvidas (empreendedores, planejadores, projetistas, construtores, habitantes); pelos atributos físicos assumidos (sítio, projetos urbano e arquitetônico, paisagem, zoneamento); pelo contexto histórico (aspectos político-econômico-social); cada investigação sobre Cidades Novas direciona seu lineamento e estabelece suas aproximações e, por conseguinte, suas distinções.

Amparados por consultas a fontes primárias e secundárias[4], por visitas *in loco*[5] e por cruzamento de informações, iniciamos o trabalho pelos aportes teórico-conceituais que nos balizaram nos estudos, seguido da compreensão do processo de transformação de um plano urbanístico em paisagem concreta e da análise dos estudos de caso em dois momentos (fundação e atual), sendo finalizado pelas considerações finais.

2 Aportes teórico-conceituais

De início, faz-se necessário esclarecer alguns conceitos assumidos para interpretar e analisar os estudos de caso em foco – cidades capitais *ex nihilo* – e suas particularidades. Desse modo, primeiro se aborda a paisagem como instrumento de observação e análise, seguido pelo entendimento da técnica como indutor de paisagens e, finalmente, pela reunião dos elementos e atributos que compõem o cenário urbano brasileiro, ou seja, os componentes de materialização de suas paisagens.

2.1 Paisagem como instrumento de análise

A paisagem aqui é entendida como um conceito instrumental de análise, de referência, para apreciação de cidades novas capitais em seus elementos e atributos formais. Para tanto, observa-se que paisagem está relacionada a sua percepção por um observador e ao fato de sua condição ser variante dependente da posição do observador, bem como, de suas visões de mundo (Rodrigues, 2016). Sendo assim, alguns autores apresentam

[4] As fontes primárias foram documentos consultados nas sedes das Superintendências do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), dos respectivos estados, Mato Grosso e Minas Gerais, além de fontes secundárias de textos de livros, artigos, dissertações e teses sobre a fundação e a história dos respectivos núcleos urbanos, Vila Bela da Santíssima Trindade e Belo Horizonte.

[5] O levantamento fotográfico na cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade foi feito em 24 de maio de 2017, e na cidade de Belo Horizonte em 17 de junho de 2017.

conceitos com diferentes visões e abordagens, que podem auxiliar na reflexão e interpretação da paisagem como uma ferramenta de análise, e não um conceito uniforme, estático e linear. Pode-se, pois, categorizar e relacionar paisagens construídas ao longo do espaço e tempo, de maneiras distintas, a partir de seu suporte físico-ambiental, suas características culturais, moldadas por diferentes contextos socioambiental, sejam cristalizadas como um sítio histórico, registro de uma dada época, ou sejam dinâmicas, com uso ativo e mutável.

Para Jean-Marc Besse, em seu livro *O Gosto do Mundo: Exercícios de Paisagem* (Besse, 2014), a paisagem possui cinco entradas para a sua compreensão, no entendimento de paisagem como variável, conforme a área de estudo, ou seja, um objeto de trabalho que pode ser percebido de diferentes maneiras. O autor apresenta uma categorização para explicar de maneira conceitual a paisagem, ao observar as cinco entradas para o tema: 1) uma representação cultural; 2) um território produzido pelas sociedades na sua história; 3) um complexo sistêmico; 4) um espaço de experiências sensíveis; e 5) um local ou um contexto de projeto.

De tal modo, paisagem não é algo isolado ou simplesmente agrupado, mas algo complexo, formado ao mesmo tempo por um suporte, por agentes que interferem nesse suporte e pelo tempo decorrente das ações sobre este suporte, além, é claro, do observador que irá reconhecer a paisagem. Esta complexidade é trazida por Gordon Cullen no livro *Paisagem Urbana*, de 1961, quando se refere ao conteúdo da paisagem como um reflexo das formas de ocupação que o homem produz ao longo de sua existência (Cullen, 2008).

Já no contexto de herança histórica, a paisagem pode ser lida enquanto camada temporal sobre o suporte natural, em diferentes contextos, permitindo perceber estratos de ações e intervenções produzidas pelas ações humanas. Segundo Milton Santos:

> A paisagem cristaliza um momento do passado, porque a paisagem não é a ação, a paisagem é o agido, não é o ativo. [...] E a paisagem nos traz o presente, passado. Por conseguinte, esta forma de ver a paisagem pode nos ajudar. (Santos, 1996, p. 36)

Deste modo, observa-se que a paisagem como uma totalidade morta, abordada por Milton Santos, se contrapõe à compreensão de paisagem mutável de Jean-Marc Besse e à condição de dinamicidade, movimento e evolução da paisagem examinada por Gordon Cullen. Neste trabalho, ao compreender a paisagem como as diversas camadas temporais colocadas pelo homem sobre o natural, assim como a dinâmica urbana do tempo presente, entende-se que a paisagem pode ser também um instrumento, um meio de assimilação e análise histórico-espacial de determinado sítio. Portanto, a paisagem enquanto dispositivo analítico pode auxiliar na leitura do espaço urbano e de seu desenvolvimento. Ao trazer exemplos de núcleos urbanos intencionalmente fundados e profissionalmente desenhados, pode-se apreender como os modos de produção, construção e ocupação contribuíram para o campo da Arquitetura da Paisagem brasileira.

2.2 Técnica como indutor de paisagens

A configuração de diferentes paisagens é influenciada tanto pela natureza, quanto pela técnica empregada pelo homem, na manipulação do meio natural para a construção do seu habitat. Entendendo-se que as cidades são resultantes destes processos, os quais acabam conformando várias paisagens urbanas, com diversos atributos, constituindo

assim, padrões morfológicos únicos. Milton Santos (1996) e Maria Stella Bresciani (1991) afirmam, respectivamente, o peso da técnica na paisagem do espaço urbano:

> O espaço não é uma categoria técnica, mas a paisagem é esta categoria técnica. Por quê? Porque tudo que é feito hoje na face da terra, tudo que é aposto à face da terra hoje, tem um conteúdo técnico. Tudo. É técnico no traçado, é técnico no conteúdo, como também a ação que se vai desenvolver sobre essas coisas tem um conteúdo técnico. (Santos, 1996, p. 37)

> Voltando à ideia das entradas das cidades, essa é a primeira porta: a técnica como instrumento de modificação do meio. A ideia sanitária nasce com a dupla concepção física e moral, ou melhor, com a sugestão de que se atingiria a mente e a formação moral do homem por meio da modificação do ambiente e, em decorrência, do corpo e do comportamento das pessoas. (Bresciani, 1991, p. 11)

A técnica desde sempre é responsável pelas (trans)formações da paisagem. Como exemplo milenar, temos a própria constituição da origem do fenômeno urbano a partir da Revolução Agrícola, onde as técnicas de irrigação, plantações e armazenamento de grãos transformaram para sempre a paisagem natural (Panzini, 2013). A leitura da paisagem, pois, pode ser associada à leitura de técnicas responsáveis pela (trans)formação da paisagem natural em paisagem urbana, e assim, ser possível compreender distintas paisagens, não só por conta de diferentes meios físicos, mas também, por conta de diferentes técnicas.

Entende-se que as técnicas respondem a saberes de cada época a que estão relacionadas. Por exemplo, o momento precedente à implantação de certo assentamento urbano com certeza irá ser determinante sobre a configuração de sua forma física e, consequentemente, de seu arranjo social. Nestor Goulart Reis Filho (1968) observa como a política de urbanização das vilas e cidades no Brasil Colônia foi avançada em termos técnicos, principalmente pela inserção na Colônia de funcionários especialistas em desenhar cidades (engenheiros militares, arruadores etc.). À medida que a Coroa investia em centralizar as ações de exploração colonial, tinha-se a necessidade de organizar a maneira de ocupação e povoamento do território.

Segundo Hugo Segawa (1996), a evolução das técnicas, mediante as demandas do espaço urbano, foi decisiva no processo de construção das paisagens criadas pelo homem. E posterior às correntes do Urbanismo Iluminista, a partir do século XVIII, pode-se afirmar que as transformações no campo da Arquitetura da Paisagem se deram de modo mais intenso e irreversíveis. Percebe-se isso a partir do afastamento dos cemitérios da trama urbana, do redimensionamento e calçamento das vias, da adequação a novos modais de transporte, da instalação de infraestruturas urbanas (redes de gás, água, esgoto e eletricidade), da inclusão de parques públicos, da arborização dos espaços públicos, da criação de leis e normas urbanas etc. Com essas mudanças no planificar as cidades, quando os projetos urbano e paisagístico começam a caminhar juntos, é que as técnicas de melhoria da qualidade do espaço público se aperfeiçoam e se tornam efetivamente indutoras de novas paisagens.

Ao se ponderar sobre as técnicas empregadas nas origens da paisagem citadina brasileira, sejam em freguesias, vilas e cidades no Brasil Colônia, estas sempre abrigaram uma simbologia de poder, atrelada na maioria dos casos à dominação, colonização e exploração pela Coroa portuguesa (Reis Filho, 1968; Santos, 2008; Delson, 1979; Teixeira, 2012; Sousa, 2018). É algo que pode ser comprovado pelas ações dos colonizadores no

planejamento dos assentamentos a partir de elementos estruturantes, no início da implantação de cidades novas, começando pela localização.

Murillo Marx (1980), em *Cidade Brasileira*, ressalta os atributos que sempre serviam como balizadores da forma-espaço do assentamento pelos colonizadores portugueses: a situação e o sítio urbano. A "situação" é correspondente à escolha de forma estratégica para a criação dos assentamentos no Brasil, conforme define Marx (1980, p. 14): "trechos da extensa costa foram eleitos para as fundações urbanas em função da sua latitude, das suas possibilidades de abrigo aos navegantes, da sua ligação com o interior, misterioso e desafiante". Ainda segundo o autor, depois de escolhida a região, era eleito um sítio a partir de duas necessidades basilares: 1) a instalação de um porto (ligação com a Metrópole) e 2) a necessidade de defesa (escolha de condições topográficas peculiares).

Tendo a definição do sítio, seguia-se para a implantação da trama urbana colonial. Para Marx (1980), as ruas não eram traçadas ao acaso, havendo diretrizes para o seu desenho e dimensionamento. Ao reverso dos casos hispânicos, as vilas e cidades brasileiras não seguiam um simples padrão de repetição e, por isso, não apresentavam uma monotonia no espaço urbano. As ruas tinham peculiaridades quanto a sua forma-função nos assentamentos, reflexos das características geomorfológicas, como a presença de ladeiras, de ruas sinuosas, da rua direita (ligavam edifícios marcos, como as igrejas), de pontos perspécticos (chafarizes, fontes, pelourinho, fachadas edilícias, obeliscos etc.), pontos de referência no ir e vir, enfim, uma gama de recursos adotados no traçado de vias, as quais assumiam um papel importante na topologia da configuração urbana.

Entre os elementos que orientavam e serviam de referência para a planificação dos assentamentos estavam as construções, com tipos edilícios que caracterizam o espaço dos assentamentos brasileiros, como os prédios públicos, as construções religiosas, as instalações militares e o casario. Já as praças, largos, pátios, terreiros etc. eram implantados com a função de realçar edifícios religiosos. Segundo o autor, a praça brasileira deve sua existência, sobretudo, aos adros das igrejas: "a sucessão de largos, pátios e terreiros na cidade brasileira articulava a sua trama viária modesta e alimenta a vida das suas ruas" (Marx, 1980, p. 50). Mas o que de específico se encontrava nas vilas e cidades planejadas para serem sedes administrativas de capitanias, províncias e estados?

3 Do plano urbanístico à paisagem de cidade capital

É fato indissociável do processo histórico da Arquitetura da Paisagem brasileira o olhar sobre os espaços que compõem as cidades. O espaço urbano tem como componentes-chave seus elementos constitutivos (construídos) e seus espaços livres, os quais nos revelam suas transformações ao longo do tempo para atender às mudanças nos modos de vida dos citadinos. Entre as categorias de espaços livres públicos aqui estudados, estão ruas, praças, jardins e parques públicos, sendo estes dois últimos nossos focos de interesse por se tratar de excepcionalidades na trama urbana.

Ao trazer à baila cidades capitais, estas revelam projetos de espaços livres que vão além de suas praças centrais e monumentos cívicos. Exemplo disso foi a criação do primeiro passeio público no Brasil no ano de 1779. A cidade do Rio de Janeiro, ao se tornar sede do Vice-Reino em 1763, após Salvador, recebe intervenções urbanas visando à melhoria e ao embelezamento, dentre eles o parque público (Segawa, 1996). Anterior a ele, o primeiro jardim projetado numa cidade-sede de poder é a horta do Palácio de Nova Friburgo, na

Cidade Maurícia (atual Recife), em 1634, quando da invasão holandesa.

Em fins do século XVIII, o Aviso Régio, de 19 de novembro de 1798, determinava a criação de hortos botânicos em vilas e cidades capitais, a exemplo do ocorrido em Belém. Na sequência foram implantados hortos botânicos em Salvador (1803), Rio de Janeiro (1808), Olinda (1811), Ouro Preto (1825), São Paulo (1825) e Curitiba (1886). Esses espaços livres tinham como propósito aclimatar e explorar possíveis espécies vegetais, tanto espécies nativas brasileiras quanto aquelas vindas do continente africano, que pudessem dar lucro à Coroa portuguesa – depois de aclimatadas, elas seriam levadas ao horto botânico de Lisboa. Com a invasão de tropas napoleônica em Portugal, a corte portuguesa muda-se para o Brasil em 1808, alterando a função dos hortos botânicos para passeios públicos (Segawa, 1996).

Nesse contexto, de espaços livres inseridos em planos urbanísticos para cidades capitais, destaca-se a horta-pomar da residência do governador Rolim de Moura na Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752, como sendo o primeiro jardim projetado a aparecer em um desenho urbano de cidade capital de origem portuguesa no Brasil Colônia (Delson, 1979; Sousa, 2018). Do mesmo modo, traz-se luz à proposta do parque urbano público de Belo Horizonte em fins do século XIX, já no período republicano.

3.1 A paisagem da cidade capital de Vila Bela da Santíssima Trindade

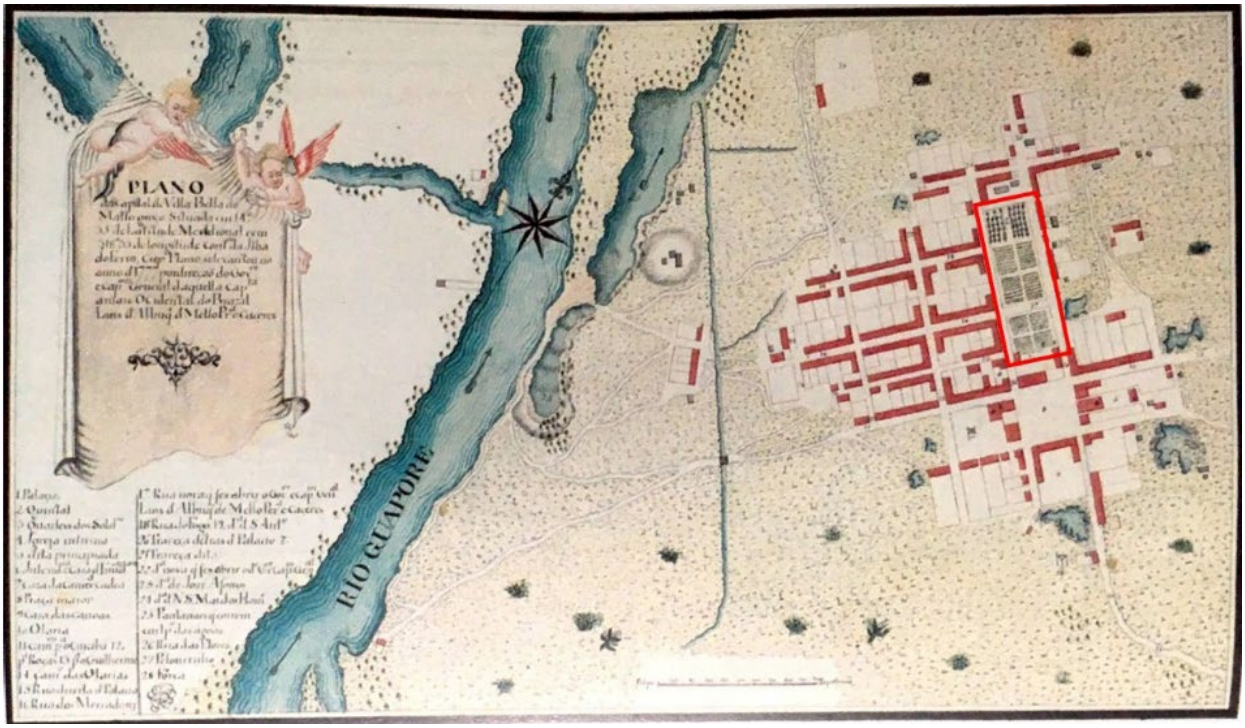
A cidade capital de Vila Bela da Santíssima Trindade foi fundada em 1752 pelo governador-geral António Rolim de Moura Tavares (1709-1782). Segundo Roberta Delson (1979), em 1746, um código de planejamento foi definido instruindo sobre os procedimentos para projetar a nova vila:

> Em 1750 as engrenagens tinham sido postas em movimento, e o capitão-geral da capitania recém-criada, António Rolim de Moura, foi despachado para executar as ordens reais. As comunicações ulteriores entre Lisboa e Rolim reforçaram as instruções da ordem de 1746: o governador deveria escolher um sítio saudável, providenciando que as ruas da nova vila [capital] fossem largas e retas, e tomar quaisquer outras providencias que julgasse necessárias para que "a dita vila fosse construída desde o início com boa orientação". (Delson, 1979, p. 34)

Rolim de Moura seguiu à risca o planejamento instruído no código de 1746 (autoria desconhecida) para a construção da nova vila (Figura 1):

> Na bagagem de Rolim de Moura veio a planta da cidade feita em Portugal e os projetos das casas de residência feitos no Rio de Janeiro. Rolim de Moura esmerou-se em garantir a execução do traçado urbanístico, mas foi compelido a transigir em relação às casas. Os projetos das casas de residência assobradadas sofreram modificações em função das condições objetivas do ambiente e da construção. Os alicerces foram reforçados, as paredes alargadas, as fachadas modificadas. Além disso, permitiu-se construções de pau-a-pique e cobertura de capim, exigindo apenas que obedecessem aos traçados das ruas com 70 palmos de largo, e ao alinhamento das casas no limite fronteiro dos terrenos. (Bandeira, 1988, p. 86)

Figura 1: Plano da cidade de Vila Bela da Santíssima Trindade, de 1777 (destaque em vermelho para horta-pomar).



Fonte: Amado e Anzai (2006).

Sobre a residência do governador-geral e sua horta-pomar, Roberta Delson traz o seguinte relato sobre sua construção:

> A residência foi custeada pelo próprio Moura [...], o estilo monumental da residência provavelmente foi um reflexo do gosto pessoal de Moura. Conforme um documento cartográfico posterior, ela ocupava pelo menos dois quarteirões inteiros do traçado de Vila Bela. Os aposentos davam para a praça central; atrás da residência foi deixado uma área para um pomar racionalmente plantado, que possivelmente foi o primeiro do seu gênero no Brasil [...]. (Delson, 1979, p. 36)

Destaca-se aqui a importância do ajardinamento dado na residência do governador Rolim de Moura, com uma horta projetada aos moldes dos jardins franceses (hoje, local da sede da Igreja Matriz). Pelo levantamento cartográfico da cidade, encontrado no livro *Os Anais de Vila Bela 1734-1789*, a horta-pomar ainda aparece junto à residência do govenador nos mapas dos anos de 1773, 1775, 1777, 1780 e 1789.

> O aspecto mais interessante do dito "palácio" dos governadores [residência do governador] era o grande "quintal" que lhe estava adjacente, nas traseiras. Em alguns mapas de Vila Bela este quintal aparece desenhado como um jardim formal, à francesa. Esta área foi depois retirada do palácio para a construção ali da igreja matriz. (Araujo, 2013, p. 2)

Pelos mapas da cartografia de Vila Bela da Santíssima Trindade até o ano de 1789, observa-se que a horta, projetada para deleite exclusivo do governador-geral, muda de forma a cada registro, e que o projeto vai se transformando ao longo do tempo. Percebe-se que no plano de 1789 o tamanho da horta-pomar está menor do que o original, ocupando a área inferior a um quarteirão da cidade, mas que o espaço livre perdura por pelo menos 37 anos, segundo os planos levantados (Figura 2).

Figura 2: Plano para Vila Bela da Santíssima Trindade, de 1789 (destaque em vermelho: horta-pomar).

Fonte: Amado e Anzai (2006).

Um ponto importante, que convém observar, é a escolha exata do sítio para a implantação do assentamento. De responsabilidade de Rolim de Moura, a área escolhida foi um local sujeito a alagamento do rio Guaporé – fato que trouxe prejuízos para a consolidação da cidade.

> [...] [O] Governador levou em conta as condições de defesa militar do sítio que escolheu. E esse último aspecto é que determinou a localização da vila à margem esquerda, mais baixa e alagadiça nas águas, em vez da margem direita, com os terrenos mais firmes e mais altos das fraldas da serra Ricardo Franco. [...] [T]odos esses argumentos, porém, são insuficientes para apagar a forte impressão de que a escolha do sítio obedeceu principalmente à decisão arrogante de Rolim de Moura, um nobre recém-chegado da Metrópole, considerando-se em condições de avaliar problemas ambientais que desconhecia. Assim construiu-se Vila Bela sobre a margem esquerda do Guaporé, de terras baixas e paludosas, com lençol freático aflorante, sujeitas a constantes inundações. [...] A construção de Vila Bela é um documento da insolência, soberba e teimosia características do colonialismo. (Bandeira, 1988, p. 84)

O fato de o sítio estar sujeito a alagamentos ocasionou na destruição de algumas construções, das plantações e ainda propiciou focos de doenças para o local, fazendo com que a sede do governo de Mato Grosso à época atraísse poucos moradores.

A Vila no princípio era apenas sinalizada a um tronco de piúva, servindo de

> pelourinho. Ficando no meio do descampado, apresentava-se como um marco da futura praça. Rolim de Moura aguardou até o dia de São José, para constatar o nível da cheia do rio e fundou, enfim, Vila Bela, convocando autoridades, homens bons e o povo para levantarem o pelourinho. [...]
>
> Na borda do rio se fez a capela de palhoça. Já no primeiro ano foi destruída pela força das águas, quando o rio Guaporé saiu de sua *madre* e arruinou aquela que seria a primeira capela da Vila-Capital. [...] (Canova, 2008, p. 82)

Esses relatos, sobre a preocupação com a planificação da cidade, seus elementos de composição e a escolha do sítio para sua implantação revelam que a Vila não conseguiu consolidar seus objetivos: de ser uma cidade-modelo, de grandes proporções aos moldes de uma cidade capital. Fatos que foram averiguados durante a visita *in loco,* em 2017, com o objetivo de verificar as transformações na paisagem da cidade em relação a seu projeto fundacional.

Na atualidade, Vila Bela chama atenção por apresentar uma paisagem monótona, com poucos atrativos, tanto das vias, quanto das edificações. Em relação à topografia, a cidade assenta-se sobre terreno plano, em zona de planície junto ao rio Guaporé. A maior parte das ruas seguem um traçado ortogonal (Figura 3), derivadas do projeto original, com larguras superiores a 12 metros, com edificações de 1 pavimento (não superiores a 4 metros de altura) e sem arborização, o que configura um espaço pouco acolhedor, trazendo uma sensação espacial de desamparo aos pedestres (Figura 4).

Figura 3: Imagem de satélite de Vila Bela. Legenda: 1. Rua Marechal Rondon; 2. Praça Dom Antônio Rolim de Moura; e 3. Ruínas da Matriz.

Fonte: Google Earth (2023), adaptado por Giuliana Sousa.

Na área central existem, em sequência, três praças: a Praça Dom Antônio Rolim de Moura (Figura 5), a praça das ruínas da Catedral e a Praça Coronel Paulo Saldanha. Cada uma destas praças equivale aproximadamente à área de uma quadra do seu traçado urbano, o que as configuram como espaços amplos e, por estarem coligados na área central,

caracterizam-se como um território demasiadamente aberto, desproporcional à escala da cidade. Na praça das ruínas da Catedral existe uma estrutura construída para cobrir as ruínas, na tentativa de protegê-las contra os desgastes do tempo. No entanto, não se percebe nenhuma outra ação em relação a este espaço, o que acaba segregando este quarteirão das outras duas praças (Figura 6). Estas características geram um lugar sem grandes pregnâncias em relação ao seu tecido, além da cidade não apresentar elementos surpresas em sua malha, como aqueles encontrados nas cidades costeiras ou mineiras do Brasil Colônia.

Figura 4: Rua Marechal Rondon em direção ao Rio Guaporé.

Fonte: Foto de Giuliana Sousa (2017).

Figura 5: Praça Dom Antônio Rolim de Moura, ao fundo o Palácio dos Capitães Generais.

Fonte: Foto de Giuliana Sousa (2017).

Figura 6: Ruínas da Matriz, local onde deveria existir a antiga Casa do Governador e a horta-pomar.

Fonte: Foto de Giuliana Sousa (2017).

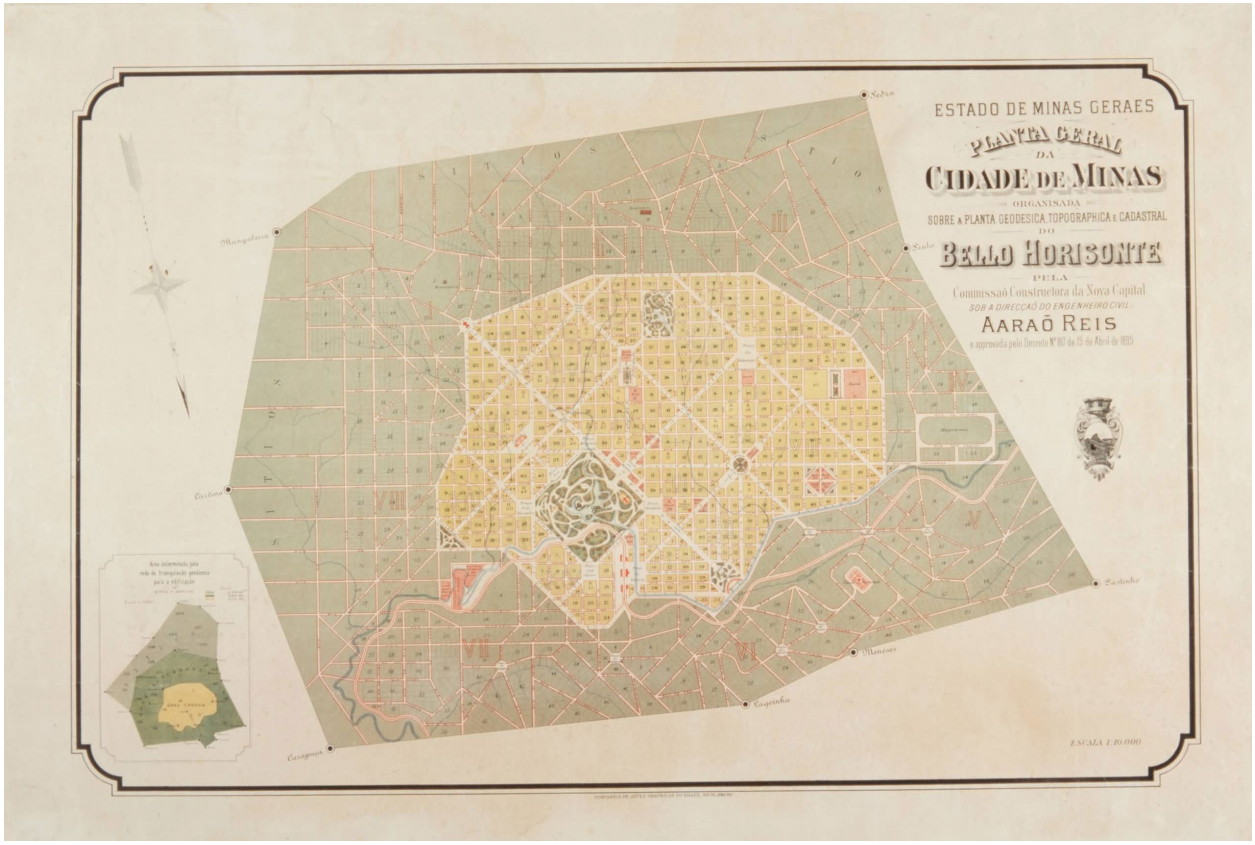
A cidade de Vila Bela, hoje com aproximadamente 16 mil habitantes, de fato nunca atingiu sua importância enquanto sede de poder. Embora tenha apresentado uma residência de governador, com a excepcionalidade de uma horta-pomar, e o Palácio dos Capitães Generais, partes de seu projeto nunca se concluíram. A Igreja matriz, por exemplo, nunca foi finalizada, confirmando a inoperância enquanto sede da capitania de Mato Grosso, papel que foi transferido e consolidou-se em Cuiabá. Chama atenção, a partir dos textos pesquisados, o desconhecimento de Rolim de Moura sobre as condições ambientais do sítio escolhido para a implantação da Vila, bem como as dimensões incoerentes das ruas demasiadamente largas e das largas praças para o porte do novo núcleo, verificados durante a pesquisa *in loco,* como fatos que possam justificar o fracasso de Vila Bela, para o cargo de cidade capital. Evidenciando que, com o objetivo de fazer uma sede monumental, mas a falta de recursos para as construções e a baixa taxa de ocupação, levaram a cidade a outras dimensões, de pequeno porte, com paisagens de uma pacata cidade do interior e esquecida no tempo.

3.2 A paisagem da cidade capital de Belo Horizonte

O projeto para Belo Horizonte como a nova capital mineira data de 1893, em substituição a Ouro Preto, e foi elaborado pelo engenheiro Aarão Leal de Carvalho Reis (1853-1936) a convite do governador da província Afonso Augusto Moreira Pena (1847-1909). O plano urbanístico elaborado por Reis mostra diretrizes urbanísticas originais ao que se conhecia até então no Brasil (Guimarães, 1996; Angotti-Salgueiro, 2020). De cunho positivista, entrelaçando técnicas e saberes das engenharias com as práticas e desenhos da *École des Beaux-Arts*, o plano cartesiano e monumental envolveu a participação de inúmeros outros profissionais, como o engenheiro sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito (1864-1929) e o engenheiro Francisco de Paula Bicalho (1847-1919). Aos moldes de outras capitais – como Versalhes (França, 1664), Karlsruhe (Alemanha, 1715),

Washington (Estados Unidos da América, 1791), Barcelona (Espanha, 1855) e La Plata (Argentina, 1882) –, o projeto possuía um traçado geométrico e organizado por malhas sobrepostas – no caso mineiro por duas malhas ortogonais sobrepostas a 45 graus, contribuindo para o surgimento de inúmeros tridentes e pontos perspécticos (Figura 7).

Figura 7: Planta urbanística aprovada pelo Decreto 817, de 15 de abril de 1895.



Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto (2023).

O plano elaborado para Belo Horizonte resume boa parte da cultura técnica e das preocupações estéticas do século 19 relativas à cidade. [...]

> [...] Para ele [Reis], o planejamento da cidade deveria "*obedecer às mais severas indicações e exigências modernas da hygiene, conforto, elegancia e embellezamento*". A cidade que propôs [...] estruturava-se em três zonas: a urbana, a suburbana e a de sítios. Uma avenida de contorno, com uma largura de 35 metros, marcava o limite entre as zonas urbanas e suburbana. A zona urbana caracterizava-se por um traçado geométrico – com o qual se retomava a tradição do traçado em xadrez em cidades construídas ex-nihilo [...]. Ela era subdividida em quarteirões com 120 por 120 metros e seus lotes regulares mediam 10 metros de frente por 50 metros de profundidade. [...] Particular interesse foi concedido às áreas verdes e ao paisagismo, propondo-se um grande parque em posição central, com frente de 800 metros dando para essa avenida Norte-Sul. As ruas foram dimensionadas com 20 metros de largura e com um renque de árvores ao meio; as avenidas com 35 metros de largura e árvores nas laterais. [...] (Leme, 1999, p. 222-223)

Esse plano urbanístico representa o que se tinha de inovação na construção de cidades novas no Brasil à época, principalmente como cidade-sede de poder administrativo. Como destaque no plano tem-se as características dos espaços livres públicos elaborados para a nova cidade. É a partir desse exemplar que o parque urbano público

começa a ser inserido no planejamento das cidades no Brasil, em especial em cidades capitais – veja-se o Parque Botafogo em Goiânia e o Parque Sarah Kubitschek em Brasília.

> Desde sua concepção por Aarão Reis, no final do século XIX, o plano da cidade de Belo Horizonte já indicava, de forma cartesiana, a destinação dos espaços livres e construídos dentro dos princípios republicanos da boa ordem do espaço urbano. Foram previstas, em toda a cidade, zonas verdes, cinturões verdes, praças, parques, áreas destinadas ao jardim zoológico, hipódromo, matriz e alguns monumentos. O Parque Municipal, a Praça da Liberdade e a Praça Raul Soares, foram os únicos a ser implantados na inauguração [...]. (Costa *et al*., 2011, p. 71)

Na atualidade ainda se percebe a manutenção dos espaços públicos decorrentes do projeto original. A partir da leitura da paisagem da cidade nota-se o sítio acidentado, onde o plano foi implementado. Esse fator, somado ao conjunto de malhas sobrepostas, forma visuais inusitadas, seja como barreiras, seja como amplas visuais (Figura 8). As ruas abrigam edifícios e casas residenciais enquanto as avenidas abrigam usos mais comerciais e de serviços. O gabarito em muito mudou no último século, recebendo edificações com mais de vinte pavimentos. Mesmo assim, a relação entre a altura das edificações e a largura das ruas garante uma agradável sensação de fechamento, que é completado pelo projeto de arborização urbana. Uma das vias que se destaca na paisagem é a Avenida Afonso Pena, por sua largura, calçadas amplas e uma expressiva massa arbórea (Figura 9).

Figura 8: Imagem de satélite de Belo Horizonte. Legenda: 1. Av. Afonso Pena; 2. Praça da Liberdade; e 3. Parque Municipal de Belo Horizonte.

Fonte: Google Earth (2023), adaptado por Giuliana Sousa.

Também fica evidente a existência de inúmeras praças, com formatos variados conforme sua localização no traçado urbano. A mais simbólica delas é a Praça da Liberdade, de desenho retangular, a qual possui ao centro uma alameda de palmeiras imperiais, circundada de árvores de outras espécies, além de fonte e espelho d'água. Circundando

a grande praça ficam os edifícios de importância político-cívico da cidade, alguns dos quais transformados em espaços culturais (Figura 10). Outro elemento marcante na estrutura do sistema de espaços livres da área central de Belo Horizonte é o parque municipal da cidade – o Parque Américo Renné Giannetti. Projetado pelo arquiteto e paisagista francês Paul Vincent Villon (1841-1905), este parque possui características naturalistas de inspirações do Movimento Romântico inglês (Figura 11).

Figura 09: Av. Afonso Pena, com destaque para a intensiva arborização.

Fonte: Foto de Giuliana Sousa (2017).

Figura 10: Praça da Liberdade e sua alameda de palmeiras imperiais.

Fonte: Foto de Giuliana Sousa (2017).

Figura 11: Parque Municipal de Belo Horizonte.

Fonte: Foto de Giuliana Sousa (2017).

Ademais, no percurso feito pelo plano original para a nova capital percebe-se uma conexão entre os espaços livres (avenidas diagonais), bem como compreende-se as visuais a partir dos elementos constituintes do sítio físico (topografia, recursos aquíferos, horizontes), pela vegetação consolidada, pelo desenho das ruas, praças e parque e pelo fechamento da composição por suas construções. A situação, o sítio e os componentes de composição marcam, caracterizam e definem a paisagem de Belo Horizonte, a primeira capital projetada do período Republicano.

4 Considerações finais

Ao trazer à baila duas cidades capitais, de períodos distintos de nossa História Urbana, buscou-se caracterizá-las a fim de extrair de seus planos e projetos aqueles elementos que nos oferecem pistas sobre a gênese da paisagem urbana brasileira. Embora tenham sido criadas para uma função dominante, serem sedes de poder, fosse de uma capitania (Mato Grosso) fosse de um estado (Minas Gerais), Vila Bela da Santíssima Trindade e Belo Horizonte, respectivamente, revelam em sua origem o cuidado dado não apenas aos edifícios de poder (palácios), mas também, uma preocupação e um rigor atribuído no desenho dos espaços livres (vias, praças, jardins e parques).

Verdadeiros campos de experimentações, ao tomarem o sítio como tábula rasa, seus empreendedores e projetistas empregaram em suas paisagens os saberes e as técnicas em voga naquele momento. Seja o urbanismo iluminista pombalino da segunda metade do século XVIII, seja o urbanismo positivista-sanitarista de fins do século XIX, ambos os projetos abrigaram em sua composição uma preocupação para além dos espaços cênicos típicos de uma cidade capital. Ao não se limitarem a apenas o desenho de um centro cívico, apontaram para a importância de se desenhar a cidade em sua totalidade e

em suas particularidades, dos edifícios às vias, dos monumentos ao ajardinamento.

Embora as cidades novas capitais de Vila Bela, incompleta por tomada de decisões equivocadas, e de Belo Horizonte, alterada pela mudança de usos ao longo do tempo, tenham suas Arquiteturas da Paisagem distintas, ambas antecipam paisagens que seriam recorrentes nas cidades brasileiras durante o século XX. Vias largas, praças arborizadas, relação entre cheios (edifícios) e vazios (vias e praças), parques públicos, marcos visuais etc. caracterizam os projetos em foco e tornam-se recorrentes no planejamento e desenho de nossas cidades contemporâneas.

Portanto, ao tomar a paisagem como instrumento analítico, aqui posto para analisar dois casos específicos, nos foi permitido aproximar de nuances e fragmentos históricos antes desapercebidos por estudos urbanos. Cidades capitais que atraem a atenção por outros vieses, mas que também podem ser campos exploratórios para ampliação do conhecimento da Arquitetura da Paisagem. Porquanto, ao pensar a organização de modelos urbanos na atualidade (crise ambiental, urbanização acelerada das cidades etc.), os projetos de espaços livres públicos se tornam cada vez mais prementes. Estudos futuros sobre outras cidades novas capitais nacionais (Goiânia, Boa Vista, Brasília e Palmas) e internacionais (Camberra, Nova Deli, Abuja, Putrajaya, Nova Cairo etc.) podem ser agregados e aprofundar mais nosso conhecimento sobre a Arquitetura da Paisagem e a produção e significância dos espaços livres de nossas cidades.

Referências

AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli (org.). **Anais de Vila Bela 1734-1789.** Cuiabá: Carlini & Caniato; EdUFMT, 2006.

ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. **A casaca do arlequim:** Belo Horizonte, uma capital eclética do século XIX. São Paulo: EdUSP; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

ARAUJO, Renata Malcher de. Palácio dos Governadores; Vila Bela da Santíssima Trindade, Mato Grosso, Brasil - Equipamentos e infraestruturas. *In*: **PATRIMÓNIO de influência portuguesa.** [Lisboa]: [Fundação Calouste Gulbenkian], 2013. Disponível em: https://hpip.org/pt/Contents/Place/193. Acesso em: 11 ago. 2018.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco:** estudo antropológico de Vila Bela. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BARBO, Lenora de Castro. **Cartografia histórica**: território, caminhos e povoados em Goiás, 1722-1889. 2015. xv, 348 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/19927. Acesso em: 5 fev. 2024.

BARCELLOS, Vicente de Paulo Quintella. **Os parques como espaços livres públicos de lazer:** o caso de Brasília. 1999. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BESSE, Jean-Marc. **O gosto do mundo**: exercícios de paisagem. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. **Espaço & Debates:** Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, ano XI, n. 34, p. 10-18, 1991.

CANOVA, Loiva. Antônio Rolim de Moura: um Ilustrado na Capitania de Mato Grosso. **Coletâneas do Nosso Tempo**, Rondonópolis, v. 8, n. 8, p. 75-86, 2008. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/coletaneas/article/view/109. Acesso em: 5 fev. 2024.

COSTA, Stael de Alvarenga Pereira *et al*. A evolução dos espaços livres de Belo Horizonte. *In*: CAMPOS, Ana Cecília Mattei de Arruda *et al*. (org.). **Sistema de espaços livres: conceitos, conflitos e paisagens**. São Paulo: FAU-USP, 2011. p. 67-86.

CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. [1961; 1971]. Lisboa: Edições 70, 2008.

DELSON, Roberta M. **Novas vilas para o Brasil Colônia**: planejamento espacial e social no século XVIII. Brasília: Alva-Ciord, 1979.

GUIMARÃES, Berenice Martins. A concepção e o projeto de Belo Horizonte: a utopia de Aarão Reis. *In*: RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; PECHMAN, Robert (org.). **Cidade, povo e nação:** gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 123-140.

KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. **Anais do Museu Paulista:** História e Cultura Material, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 91-109, 2009. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5516. Acesso em: 22 set. 2021.

LAURIE, Michael. **An introduction to Landscape Architecture**. Nova York: American Elsevier Publishing Company, 1975.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001.

LEME, Maria Cristina da Silva (coord.). **Urbanismo no Brasil, 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos; EdUSP, 1980.

MORAES, Fernanda Borges. **A rede urbana das minas coloniais**: na urdidura do tempo e do espaço. 2006. 3 v., 502 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-11042022-154048/pt-br.php. Acesso em: 5 fev. 2024.

MUSEU HISTÓRICO ABÍLIO BARRETO. **Planta Geral da Cidade de Minas, organizada sobre a Planta Geodésica, Topográfica e Cadastral de Belo Horizonte**. Disponível em: http://comissaoconstrutora.pbh.gov.br/exe_dados_documento.php?intCodigoDoc=CC%20Dt%2006%20008&strTipo=MAPAS%20E%20PLANTAS#. Acesso em: 30 jul. 2023.

OLMSTED, Frederick Law. **Frederick Law Olmsted**: writings on landscape, culture, and society. Nova York: Library of America, 2016.

PANZINI, Franco. **Projetar a natureza**: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea. São Paulo: Editora Senac, 2013.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução urbana do Brasil, 1500/1720**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora; EdUSP, 1968.

RODRIGUES, Maria da Assunção Pereira. **Ressignificação histórico-social da praça na cidade média brasileira**: análise das praças de Formosa de Goiás. 2016. xiv, 275 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/21067. Acesso em: 5 fev. 2024.

RYBCZYNSKI, Witold. **A clearing in the distance**: Frederick Law Olmsted and America in the 19th Century. Nova York: Scribner, 2000.

SANTOS, Milton. Da paisagem ao espaço: uma discussão. *In*: **Anais do 2ª Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil**. São Paulo: Universidade São Marcos; FAU-USP; Unimarco Editora, 1996.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Formação de cidades no Brasil Colonial.** [1968]. Rio de Janeiro: EdUFRJ; IPHAN, 2008.

SCHENK, Luciana Bongiovanni Martins. **Arquitetura da paisagem**: entre o Pinturesco, Olmsted e o Moderno. 2008. 162 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.11606/T.18.2008.tde-08102008-170940. Acesso em: 5 fev. 2024.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público**: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 1996.

SOUSA, Giuliana de Brito. **Cidades Capitais**: paisagens em (trans)formação. 2018. xviii, 268 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/35709. Acesso em: 5 fev. 2024.

TEIXEIRA, Manuel C. **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo: Editora Unesp; Impressa Oficial, 2012.

TREVISAN, Ricardo. **Cidades Novas**. Brasília: EdUnB, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.26512/9786558460411. Acesso em: 5 fev. 2024.